

A QUESTÃO DA VACINA OBRIGATÓRIA: ÉTICA E RESPONSABILIDADE SOCIAL?

Giulia Paixão¹

Júlia Rocha²

Caio César Amorim³

Ana Júlia Mota⁴

Letícia Schittine⁵

Luá Cristine Siqueira Reis⁶

A vacinação obrigatória desencadeou uma disputa multifacetada que envolve considerações éticas e um dever social de proteger a saúde pública. Mas também deve-se considerar a saúde pública e o bem-estar comunitário. Este estudo segue uma revisão de literatura em bases de dados acadêmicas, como PubMed, Scopus e Google Acadêmico. O objetivo principal da revisão é a percepção do papel da vacinação obrigatória como meio de eliminação de doenças infecciosas, abolindo a ideia de imposição da mesma ordenada por um fator político, ético ou social. A investigação entre os anos 2000 a 2023 centrou-se em análises e estudos empíricos a respeito da percepção da população brasileira em relação à vacinação obrigatória. Os critérios de inclusão abrangeram pesquisas baseadas em aspectos éticos, sociais e de saúde pública, ao passo que, foram-se desconsiderados artigos em que não se abordava diretamente o tema e aqueles que se concentravam em um contexto de vacinação específica sem um contexto geral. A revisão revela que a vacinação obrigatória é manuseada unicamente como instrumento fundamental de promoção da saúde pública. As campanhas de vacinação obrigatória têm historicamente reduzido a ocorrência de doenças de manifestação repentina, como o sarampo e a poliomielite, anteriormente erradicadas no Brasil. O principal debate ético centra-se em identificar um equilíbrio entre a liberdade pessoal e a responsabilidade para com a sociedade. Em situações de emergência sanitária, como a pandemia por Covid-19 em 2020, a maioria dos escritores afirmam acerca da imposição da vacinação manifestar-se como um caminho correto e necessário a seguir, tendo em vista a priorização do bem-estar social e

¹Acadêmica de Medicina do Centro Universitário UNIFIMES, email: giuliapaixao94@academico.unifimes.edu.br

²Acadêmica de Medicina do Centro Universitário UNIFIMES

³Acadêmico de Medicina do Centro Universitário UNIFIMES

⁴Acadêmica de Medicina do Centro Universitário UNIFIMES

⁵Acadêmica de Medicina do Centro Universitário UNIFIMES

⁶Docente do curso de Medicina, Campus Trindade/GO. Advogada, mestre em Direito, doutoranda em Direitos Humanos.

da quantidade de indivíduos em risco. No entanto, políticas que priorizam a vacinação voluntária, com informações claras e campanhas de conscientização, mostram-se mais eficazes na adesão da população. Além disso, deve-se considerar meios de comunicação transparentes e esclarecedores para que se possa elevar a confiança nos métodos vacinais, reduzindo, dessa forma, a resistência contra as medidas preventivas. As vacinações obrigatórias são um tema que cruza a ética, o bem-estar público e os direitos dos cidadãos. Embora existam preocupações sobre a perda de direitos individuais, os profissionais de saúde concordam que a vacinação obrigatória é uma medida necessária. A análise conclui que a liberdade de pensamento e o bem-estar público devem ser cuidadosamente consideradas para a promoção de uma sociedade equilibrada, saudável e informada.

Palavras-chave: Vacinação. Saúde pública. Ética. Políticas.